

MÉTODOS PARTICIPATIVOS E AGROECOLOGIA FAMILIAR

Participatory methods and family agroecology

Miguel Angelo da Silveira¹, José Maria Gusman Ferraz², Marlise A. Bassani³

¹ Embrapa Meio Ambiente, Cx. Postal 69. 13820-000, Jaguariúna, SP. miguel@cnpma.embrapa.br

² Embrapa Meio Ambiente, Cx. Postal 69. 13820-000, Jaguariúna, SP. ferraz@cnpma.embrapa.br

³ Pós Graduação em Psicologia Clínica e Faculdade de Psicologia – PUC/SP – R. Monte Alegre, 984. Perdizes, São Paulo, SP. CEP: 05014-001. marlise@pucsp.br

RESUMO

O presente artigo propõe a reflexão sobre a abordagem participativa relacionada ao ambiente complexo da prática agroecológica. Considera-se, que pesquisas participativas assentadas em arranjos metodológicos desta natureza destacam as condições reais de produção familiar e permitem apreender os distintos modos de vida e aspectos particulares presentes na reprodução das famílias rurais. Ademais, seus resultados possibilitam aos agricultores revalorizar suas potencialidades e intensificar o atendimento das suas próprias necessidades.

PALAVRAS-CHAVE: agroecologia familiar, participação, metodologia.

ABSTRACT

This article reflects on the participatory approach in relation to the complex environment of the agroecologic practice. We take the standpoint that participative researches, based on methodological arrangements of this nature, highlight the real conditions of family production and give way to the apprehension of the various modes of life as well as particular aspects of the social reproduction of rural families. Furthermore, the results enable farmers to revalue potential skills and to intensify the attendance of their own necessities.

KEY-WORDS: family agroecology, participation, methodology.

PRINCÍPIOS PARTICIPATIVOS

A participação é vista como o melhor caminho para o sucesso de projetos de desenvolvimento da agricultura familiar. O recurso do uso de métodos participativos de diagnóstico em projetos de desenvolvimento é um dos elementos fundamentais para abrir caminho para transformar as experiências e as lições de campo em subsídios para políticas públicas (Chambers & Guijt, 1995).

A utilização de abordagens participatórias estimula a percepção de atores sociais locais de modo a possibilitar que se transformem em ativos participantes na definição de estratégias para o desenvolvimento dos sistemas agropecuários locais.

Chambers (1994c), citando Mascarenhas, informa que o termo Diagnóstico Participativo - DP tem sido usado para descrever uma crescente família de *approaches* e métodos para fortalecer a população local a analisar e melhorar o seu próprio conhecimento de vida e condições para planificar e agir. Para o autor, esse tipo de diagnóstico tem sua origem nas

metodologias de pesquisa participante e nas pesquisas de campo de sistemas de produção e nos Diagnósticos Rápidos Rurais - DRR.

Nesses últimos, a informação é mais frequentemente obtida e extraída pelas pessoas estranhas às comunidades estudadas. Já no DP ela é obtida em comum entre as pessoas das localidades (Chambers, 1994a,b).

O surgimento de diversas abordagens participativas se deve ao crescente reconhecimento da importância e da necessidade de se trabalhar em conjunto com as comunidades locais familiares, para identificar, testar, avaliar e difundir novas tecnologias (Reijntjes, 1994).

De acordo com Cavallini & Nordi (2002), um passo de importância nessa via metodológica é a compreensão do pensamento social presente nas áreas estudadas. Os produtores possuem conhecimento elaborado sobre muitas questões, sendo importante na categorização, por exemplo, de plantas arbóreas capazes de serem utilizadas potencialmente em sistemas agroflorestais. O pensamento social indica o modo de vida da coletividade, “o modo como vê a si mesma (identidade coletiva), como vê o mundo externo (as relações de alteridade) e suas relações com a natureza (utilização dos recursos naturais disponíveis)”.

As possibilidades de acertos da leitura da realidade serão maiores com o auxílio da parceria dos próprios agricultores nos diagnósticos locais. Os diagnósticos, de acordo com Associação (1996), precisam ir muito além de um simples levantamento de problemas e demandas. Devem incorporar, ademais, as oportunidades potenciais para cada situação, de modo a garantir a divisão de responsabilidades nas ações.

Os diagnósticos para serem participativos, devem incluir “as opiniões e aspirações das famílias rurais, identificando a vigência de pautas culturais determinantes dos sistemas de produção, a disponibilidade e o estado dos recursos, assim como as limitações sociais, econômicas, ecológicas e políticas do contexto” (FAO, 1981).

PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS

Contrariamente ao modo de produção predominante, que é visto como uma ameaça aos ecossistemas e para a saúde humana, a produção agroecológica de alimentos é cada vez mais aceitável técnica, econômica e socialmente pelos consumidores que vivem nos grandes centros urbanos.

A agroecologia representa uma “nova” forma de produção alternativa que preserva o meio, oferta produtos de qualidade, mantém a tradição cultural e se mostra viável economicamente.

Ao atuar no campo da harmonização de conceitos ecológicos para o manejo de sistemas agrícolas, com acentuada prioridade dada às questões sociais, o ponto de partida da ciência agroecologia é a busca de opções para melhorar as bases produtivas e a qualidade de vida.

Contudo, os processos de produção genuinamente agroecológicos, e adaptados às condições locais, ainda não foram legitimados pela quase totalidade dos pesquisadores do campo da agronomia e ecologia. Notadamente os pesquisadores do sistema oficial de pesquisa, pelo fato de não trabalharem em bases participativas, não associam os agricultores à concepção e à condução de seus projetos.

Os projetos de pesquisa relativos à proteção do ambiente não têm, geralmente, levado em conta os avanços que os agricultores alcançam quotidianamente. Muitos agricultores têm considerados “estoques tecnológicos” de vários cultivos agroecológicos de hortaliças, fruteiras e grãos, que simbolizam a enorme riqueza de processos que ocorrem em todo o País. E, em muitos casos, os pesquisadores ‘novos agroecólogos’ não têm nem tradição e, tampouco, sensibilidade para aprender e para assumir verdadeiramente a identidade agroecológica em um processo de transição.

Ao incorporar os métodos de planejamento participativo, a ciência agroecológica salienta a qualificação dos modos de produção em preferência àquela de produtos unicamente, uma vez que a extensão dos processos reais tem que portar a perspectiva da totalidade.

CONCLUSÕES

O que se procurou mostrar neste trabalho é que a emergência de um padrão sustentável de produção familiar, assentado em bases agroecológicas, não depende apenas da adoção de técnicas alternativas, mesmo que dentro do grupo das chamadas ‘tecnologias limpas’. O avanço científico tão somente não implica na superação dos desequilíbrios sociais e ambientais gerados por sistemas convencionais do uso da terra em condições socioambientais muitas vezes adversas (Veiga, 1994).

É fundamental mostrar a necessidade de integração e articulação entre métodos qualitativos e quantitativos, na busca da superação da ainda persistente ideologia

difusionista. A opção por essa via metodológica visa explorar o potencial da agroecologia, como elemento catalizador e transformador da realidade da produção familiar. Essa perspectiva também se presta para uma reorientação de políticas agroambientais.

LITERATURA CITADA

- ASSOCIAÇÃO DOS SINDICATOS DOS PRODUTORES RURAIS DO SUL DE MINAS. **Projeto ASSUL**. Lavras, 1996.
- CAVALLINI, M.; NORDI, N. **Agricultura tradicional na serra da Mantiqueira (Minas Gerais, Brasil)**: subsídios ao desenvolvimento sustentável. Disponível: www.pt.com.br. Acesso em 08 maio 2002.
- CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. **World Development**, London, v.22, n.7, p.953-969, 1994a.
- CHAMBERS, R. Participatory rural appraisal (PRA): analysis of experiences. **World Development**, London, v.22, n.9, p.1253-1268, 1994b.
- CHAMBERS, R. Participatory rural appraisal (PRA): challenges, potentials and paradigm. **World Development**, London, v.22, n.10, p.1437-1454, 1994c.
- CHAMBERS, R.; GUIJT, I. PRA- five years late. Where are we now? **Forests, Trees, and People Newsletter**, Brighton, n.26/27, p.4-14, 1995.
- FAO. **Agricultura horizonte 2000**. Roma: FAO, 1981.
- REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro**: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. 324p.
- VEIGA, J.E. da. **Corrigir o foco da política agrícola**. São Paulo: USP-Faculdade de Economia e Administração, 1994. 13p. Digitado.